



EDITAL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO XII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições, torna público que a Comissão Examinadora, em reunião realizada no dia 06.02.07, após o exame dos recursos interpostos, à unanimidade, decidiu:

a) negar provimento aos recursos da 2ª prova escrita: 001 - 0228-0400 - MARCO ANTONIO GARAPA DE CARVALHO; 005 - 0108-0500 - IGOR FELIPE GUSKOW; 006 - 0094-0801 - RENATA ALICE BERNARDO SERAFIM; 007 - 0042-0801 - ROMULO DE CASTRO SOUZA LIMA; 009 - 0033-0801 - RODRIGO DO VALE MARINHO; 015 - 0435-0500 - ALEXANDRE MOTA BRANDÃO DE ARAÚJO; 017 - 0199-0500 - JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA; 018 - 0521-0500 - IZAIAS DANTAS FREITAS; 019 - 0446-0500 - MARCIO DE FRANÇA MOREIRA; 022 - 0001-0401 - JULIO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR; 025 - 0057-0400 - VIRGINIA SILVEIRA WANDERLEY DOS SANTOS; 028 - 0119-1100 - LOURENÇO TEIXEIRA MENEZES; 029 - 0004-1100 - PEDRO VIEIRA DE SOUSA; 030 - 0036-0800 - RENATO HALLEN ARANTES; 032 - 0325-0800 - FLÁVIO DE PAULA CAMPOLINA; 033 - 0300-0800 - MARCO ARLINDO TAVARES; 034 - 0008-1400 - NIVALDO LUIZ DIAS; 035 - 0002-0800 - FLAVIO BRANQUINHO DA COSTA DIAS; 036 - 0137-0800 - FELIPE ANDRADE GOUVEA; 038 - 0017-0800 - RICARDO GUIMARÃES MOREIRA; 039 - 0481-0800 - TRICIA DE OLIVEIRA LIMA; 041 - 0135-0700 - CLESIO COELHO CUNHA;

b) dar parcial provimento aos recursos da 2ª prova escrita: 002 - 0112-0400 - EUDÓXIO CÊSPEDES PAES, elevando a nota da 1ª questão para 3,45 e da 3ª questão para 0,80, alterando a média final para 5,00; 003 - 0282-0500 - WALTENBERG LIMA DE SÁ, elevando a nota da 1ª questão para 3,45, alterando a média final para 5,00; 004 - 0100-0400 - IGOR MATOS ARAUJO, elevando a nota da 1ª questão para 3,20, alterando a média final para 5,00; 011 - 0577-0500 - LUIZ CLAUDIO DE LEMOS TAVARES, elevando a nota da 1ª questão para 3,60, e da 3ª para 0,90, alterando a nota final para 5,00; 014 - 0322-0500 - ALCIONI ESCOBAR DA COSTA ALVIM, elevando a nota da 2ª questão para 1,00 e da 3ª para 1,20, alterando a média final para 5,05; 016 - 0301-0500 - CHRISTOPHER ALEXANDER ROISIN, elevando a nota da 3ª questão para 1,10 ; 020 - 0023-0500 - SERVIANNE EULÁLIA SILVA BEZERRA, elevando a nota da 1ª questão para 4,30 , alterando a média final para 5,00; 021 - 0589-0500 - ALBINO CARLOS MARTINS VIEIRA, elevando a nota da 3ª questão para 1,00, alterando a média final para 5,50; 023 - 0017-0400 - LEONARDO AUGUSTO NUNES COUTINHO, elevando a nota da 1ª questão para 3,25 e da 2ª para 1,25, alterando a média final para 5,00; 037 - 0068-0600 - JOSÉ RENATO RODRIGUES elevando a nota da 1ª questão para 3,45 e da 3ª para 1,30, alterando a média final para 5,00;

c) dar provimento aos recursos da 2ª Prova escrita: 008 - 0088-0800 - VALMIR NUNES CONRADO, elevando a nota da 1ª questão para 2,95, da 2ª questão 1,25 e da 3ª para 0,80, alterando a nota final para 5,00; 010 - 0302-0500 - RODRIGO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO, elevando a nota da 1ª questão para 2,95, da 2ª questão 1,25 e da 3ª para 1,00, alterando a nota final para 5,20; 012 - 0194-0800 - CARLA DUMONT OLIVEIRA, elevando a nota da 1ª questão para 3,35 e da 3ª para 0,90, alterando a média final para 5,00; 013 - 0007-0500 - BRUNO OLIVEIRA DE VASCONCELOS, elevando a nota da 1ª questão para 3,05 e da 3ª para 1,70, alterando a média final para 5,00; 024 - 0323-0400 - FÁBIO ROQUE DA SILVA ARAUJO, elevando a nota da 1ª questão para 2,95, da 2ª questão 1,25 e da 3ª para 0,80, alterando a nota final para 5,00; 026 - 0195-0400 - CARINA CATIA BASTOS DE SENNA elevando a nota da 3ª questão para 0,80 alterando a média final para 5,20 ; 027 - 0039-1100 - REGINALDO DE CASTRO CERQUEIRA FILHO elevando a nota da 1ª questão para 3,00 alterando a média final para 5,00; 031 - 0356-0800 - LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR elevando a nota da 3ª questão para 1,00, alterando a média final para 5,90; 040 - 0016-1400 - HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA, elevando a nota da 1ª questão para 2,85 e da 3ª para 1,40, alterando a média final para 5,00;

d) negar provimento aos recursos da 3ª prova escrita: 001 - 0108-0500 - IGOR FELIPE GUSKOW; 002 - 0088-0800 - VALMIR NUNES CONRADO; 003 - 0033-0801 - RODRIGO DO VALE MARINHO; 004 - 0577-0500 - LUIZ CLAUDIO DE LEMOS TAVARES; 005 - 0322-0500 - ALCIONI ESCOBAR DA COSTA ALVIM; 006 - 0301-0500 - CHRISTOPHER ALEXANDER ROISIN; 007 - 0199-0500 - JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA; 008 - 0446-0500 - MARCIO DE FRANÇA MOREIRA; 009 - 0521-0500 - IZAIAS DANTAS FREITAS; 010 - 0048-0400 - ALBERTO CERQUEIRA FREITAS FILHO; 013 - 0323-0400 - FABIO ROQUE DA SILVA ARAÚJO; 014 - 0004-1100 - PEDRO VIEIRA DE SOUSA; 015 - 0036-0800 - RENATO HALLEN ARANTES; 016 - 0038-0800 - VINICIUS SANTANA SANTOS; 017 - 0356-0800 - LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR; 018 - 0325-0800 - FLAVIO DE PAULA CAMPOLINA; 019 - 0300-0800 - MARCO ARLINDO TAVARES; 020 - 0347-0500 - PETERSON QUEIROZ ARAÚJO; 021 - 0137-0800 - FELIPE ANDRADE GOUVEA; 022 - 0068-0600 - JOSÉ RENATO RODRIGUES; 023 - 0111-0800 - LUIZ EDUARDO STANCINI CARDOSO; 024 - 0114-0800 - DANIELA BERTOLINI ROSA SILVA; 025 - 0709-0500 - AFRÂNIO JOSÉ FONSECA NARDY; 026 -



0016-1400 - HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA; 027 - 0002-0700 - ANTONIO SILVA ARAÚJO SOUZA JUNIOR;

e) dar parcial provimento aos recursos da 3ª Prova escrita: 011 - 0443-0800 - ANA PAULA MARTINI TREMARIN, elevando a nota da 1ª questão para 3,30, alterando a média final para 5,00; 012 - 0057-0400 - VIRGINIA SILVEIRA WANDERLEY DOS SANTOS, elevando a nota da 1ª questão para 2,60 .

II) Convocar os candidatos abaixo relacionados, nos termos dos artigos 29 a 31 do Regulamento, para requererem Inscrição Definitiva no período de 14 a 23 de fevereiro de 2007.

III) Os pontos da prova oral, consoante o disposto no art. 28, § 2º do Regulamento, são os constantes do anexo.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS

BAHIA

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0589-0500/DF	ALBINO CARLOS MARTINS VIEIRA	5.50	6.15
0034-0400/BA	ALEX SCHRAMM DE ROCHA	5.40	5.90
0443-0800/MG	ANA PAULA MARTINI TREMARIN	5.00	5.00
0195-0400/BA	CARINA CATIA BASTOS DE SENNA	5.20	5.80
0112-0400/BA	EUDOXIO CESPEDES PAES	5.00	6.10
0323-0400/BA	FABIO ROQUE DA SILVA ARAUJO	5.00	5.60
0100-0400/BA	IGOR MATOS ARAUJO	5.00	6.05
0002-0400/BA	JOAO PAULO PIROPO DE ABREU	5.00	5.60
0201-0400/BA	JOSE EDUARDO DE MELO VILAR FILHO	7.15	7.10
0017-0400/BA	LEONARDO AUGUSTO NUNES COUTINHO	5.00	6.00
0075-0801/JF	LUCIANA CUNHA VILLAR	5.00	5.55
0318-0400/BA	MARCEL PERES DE OLIVEIRA	6.20	5.40
0135-0400/BA	MARCOS ANDRE CARNEIRO SILVA	6.20	5.30
0228-0400/BA	MARCOS ANTONIO GARAPA DE CARVALHO	5.40	7.25
0058-0400/BA	RAFAEL SOARES SOUZA	5.00	5.10

DISTRITO FEDERAL

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0322-0500/DF	ALCIONI ESCOBAR DA COSTA ALVIM	5.05	5.05
0004-0803/UL	ALEXANDRE HENRY ALVES	7.30	7.20
0007-0500/DF	BRUNO OLIVEIRA DE VASCONCELOS	5.00	7.70
0194-0800/MG	CARLA DUMONT OLIVEIRA	5.00	5.30
0038-0801/JF	EDUARDO ALVES FONTE	6.00	5.00
0359-0500/DF	EDUARDO PEREIRA DA SILVA	5.00	6.25
0345-0500/DF	GABRIEL BRUM TEIXEIRA	6.75	5.75
0220-0500/DF	GABRIEL JOSE QUEIROZ NETO	6.45	5.70
0358-0500/DF	ISABELA GUEDES DANTAS CARNEIRO	5.40	6.08
0521-0500/DF	IZAIAS DANTAS FREITAS	6.35	5.00
0199-0500/DF	JOSE GODOY BEZERRA DE SOUZA	5.25	5.00
0005-0802/UB	JOSE MAURO BARBOSA	6.75	5.10
0577-0500/DF	LUIZ CLAUDIO DE LEMOS TAVARES	5.00	5.00



DISTRITO FEDERAL

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0446-0500/DF	MARCIO DE FRANCA MOREIRA	5.65	5.25
0383-0500/DF	PAULO AUGUSTO MOREIRA LIMA	6.80	5.90
0373-0500/DF	PAULO CESAR LOPES	5.54	5.75
0302-0500/DF	RODRIGO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO	5.20	5.60
0023-0500/DF	SERVIANNE EULALIA SILVA BEZERRA	5.00	6.60
0282-0500/DF	WALTENBERG LIMA DE SA	5.00	6.00

MINAS GERAIS

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0710-0500/DF	BARBARA ISADORA SANTOS SEBE NARDY	5.75	5.85
0258-0500/DF	EDUARDO NUNES MARQUES	6.35	6.50
0137-0800/MG	FELIPE ANDRADE GOUVEA	5.00	5.35
0059-0700/MA	FERNANDO ZELADA	5.30	6.60
0002-0800/MG	FLAVIO BRANQUINHO DA COSTA DIAS	6.05	5.30
0325-0800/MG	FLAVIO DE PAULA CAMPOLINA	5.00	5.00
0003-1001/MB	GUSTAVO MOULIN RIBEIRO	5.25	5.95
0050-0800/MG	JOAO MIGUEL COELHO DOS ANJOS	5.40	5.50
0068-0600/GO	JOSE RENATO RODRIGUES	5.00	5.65
0356-0800/MG	LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR	5.90	5.65
0111-0800/MG	LUIZ EDUARDO STANCINI CARDOSO	6.30	5.60
0249-0800/MG	MARCELO AGUIAR MACHADO	6.35	5.05
0008-1400/TO	NIVALDO LUIZ DIAS	5.00	6.30
0274-0800/MG	RENATA BAPTISTA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS	5.53	6.65
0062-0801/JF	RENATA CISNE CID	5.10	6.85
0033-0801/JF	RODRIGO DO VALE MARINHO	5.35	5.85
0133-0801/JF	RODRIGO TIMOTEO DA COSTA E SILVA	5.45	5.00
0426-0800/MG	SERGIO DE ABREU BRITO	6.40	7.60
0481-0800/MG	TRICIA DE OLIVEIRA LIMA	5.45	7.50
0088-0800/MG	VALMIR NUNES CONRADO	5.00	6.40

MATO GROSSO

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0063-0900/MT	GABRIELA AZEVEDO CAMPOS SALES	5.55	5.80
0132-0900/MT	MARCELO ANTONIO CESCA	7.60	6.10
0064-0900/MT	RICARDO RAGE FERRO	6.85	7.43

PIAUI

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0001-1100/PI	BERNARDO LIMA VASCONCELOS CARNEIRO	5.95	5.30
0045-1100/PI	KEPLER GOMES RIBEIRO	7.25	5.00
0039-1100/PI	REGINALDO DE CASTRO CERQUEIRA FILHO	5.00	5.60
0062-1100/PI	RHOLDEN BOTELHO DE QUEIROZ	7.05	6.95
0043-1100/PI	SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR	6.00	6.40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
XII CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

Pág.: 4
13/02/2007
CJRRDED6

TOCANTINS

Inscrição	Nome	2ª Prova	3ª Prova
0016-1400/TO	HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA	5.00	6.15

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2007

Juiz TOURINHO NETO
Presidente

ANEXO
PONTOS PARA A PROVA ORAL

PONTO 1

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL CONSTITUCIONALISMO.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO DIREITO TRIBUTÁRIO: CONCEITO - CONTEÚDO - NATUREZA - AUTONOMIA - FONTES - RELAÇÃO COM O DIREITO FINANCEIRO - SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO - PODER DE TRIBUTAR.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.
- 4- DIREITO PENAL APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PRINCÍPIOS GERAIS. NORMAS DAS CONVENÇÕES E TRATADOS DE DIREITO INTERNACIONAL.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL: ÓRGÃOS, REGIMES, SERVIDORES, BENEFICIÁRIOS E INSCRIÇÕES. LEIS N. 8.212/91 E N. 8.213/91.
- 6- DIREITO CIVIL PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.
- 7- DIREITO COMERCIAL SOCIEDADE LIMITADA.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL PROCESSO E PROCEDIMENTO.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL COMPETÊNCIA.
- 12- DIREITO AMBIENTAL PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL.

PONTO 2

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODER CONSTITUINTE DERIVADO.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: PODER DE TRIBUTAR - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA - CAPACIDADE TRIBUTÁRIA - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 9.784/99.
- 4- DIREITO PENAL CRIME. CRIME E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.
- 6- DIREITO CIVIL CONTRATOS: PRINCÍPIOS GERAIS E CLASSIFICAÇÃO.
- 7- DIREITO COMERCIAL PROPRIEDADE INDUSTRIAL. MARCAS E PATENTES.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL AÇÃO PENAL. JUSTA CAUSA.
- 12- DIREITO AMBIENTAL O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

PONTO 3

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E NÚCLEOS ESSENCIAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: TRIBUTOS - CONCEITO - NATUREZA JURÍDICA - CLASSIFICAÇÃO - ESPÉCIES - TRIBUTOS E PREÇO PÚBLICO.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO.
- 4- DIREITO PENAL CONCURSO DE PESSOAS E CONCURSO DE CRIMES.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES DA EMPRESA.
- 6- DIREITO CIVIL INTERPRETAÇÃO DA LEI; EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO
- 7- DIREITO COMERCIAL LIQUIDAÇÃO E INTERVENÇÃO EM ENTIDADES FINANCEIRAS (LEI Nº 6.024/74).
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL COMPETÊNCIA CIVIL DA JUSTIÇA FEDERAL. LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL RECURSOS.
- 12- DIREITO AMBIENTAL SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE- CONAMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO.

PONTO 4

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO ATO ADMINISTRATIVO. POLÍTICAS PÚBLICAS.
- 4- DIREITO PENAL PENA. VALORAÇÃO.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. PERÍODO DE CARÊNCIA. VALOR MENSAL. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. REAJUSTAMENTOS.
- 6- DIREITO CIVIL FATOS JURÍDICOS: PLANOS DA EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA .
- 7- DIREITO COMERCIAL SOCIEDADE ANÔNIMA.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL AÇÃO: CONCEITO, TEORIAS, CONDIÇÕES, CLASSIFICAÇÃO E ELEMENTOS. CUMULAÇÃO DE AÇÕES.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL SENTENÇA. MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES PENAS.
- 12- DIREITO AMBIENTAL ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA/RIMA.

PONTO 5

1-	DIREITO CONSTITUCIONAL	EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.
2-	DIREITO TRIBUTÁRIO	IMPOSTOS: UNIÃO FEDERAL - ESTADOS-MEMBROS - MUNICÍPIOS - DISTRITO FEDERAL - TERRITÓRIOS - PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS - RENDAS COMPATÍVEIS.
3-	DIREITO ADMINISTRATIVO	LICITAÇÃO.
4-	DIREITO PENAL	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.
5-	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	APOSENTADORIA. AUXÍLIO-DOENÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA. PENSÕES. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ACUMULAÇÃO.
6-	DIREITO CIVIL	COMPRA E VENDA E MANDATO. RELAÇÕES CONTRATUAIS DE FATO.
7-	DIREITO COMERCIAL	TÍTULOS DE CRÉDITO.
10-	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSOS.
11-	DIREITO PROCESSUAL PENAL	PROVA. INDÍCIOS. PRESUNÇÕES. ÔNUS DA PROVA. VALOR DA CONFISSÃO.
12-	DIREITO AMBIENTAL	LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS (LEI N. 9.605, DE 12.2.1988). INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.

PONTO 6

1-	DIREITO CONSTITUCIONAL	PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO.
2-	DIREITO TRIBUTÁRIO	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA NO TEMPO E NO ESPAÇO - APLICAÇÃO - HERMENÊUTICA TRIBUTÁRIA - LEI INTERPRETATIVA - INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
3-	DIREITO ADMINISTRATIVO	SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO.
4-	DIREITO PENAL	INATIVIDADE NO PROCESSO PENAL. INQUÉRITO POLICIAL. GARANTIAS DO INVESTIGADO. ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE POLICIAL. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
5-	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TEMPO DE SERVIÇO - LEI N. 8.742/1993 (LOAS); ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS.
6-	DIREITO CIVIL	PESSOAS.
7-	DIREITO COMERCIAL	ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING).
10-	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	EXECUÇÃO FISCAL. LEI Nº 6.830/80.
11-	DIREITO PROCESSUAL PENAL	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.
12-	DIREITO AMBIENTAL	FAUNA. FLORESTAS. MINERAÇÃO. RECURSOS HÍDRICOS.

PONTO 7

1-	DIREITO CONSTITUCIONAL	CONCEITOS DE CONSTITUIÇÃO.
2-	DIREITO TRIBUTÁRIO	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: ELEMENTOS - SUJEIÇÃO PASSIVA DIRETA E INDIRETA - ESPÉCIES - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.
3-	DIREITO ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. ENTIDADES ADMINISTRATIVAS.
4-	DIREITO PENAL	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E DA PENA.
5-	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	APOSENTADORIA. AUXÍLIO-DOENÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA. PENSÕES. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ACUMULAÇÃO.
6-	DIREITO CIVIL	PAGAMENTO.
7-	DIREITO COMERCIAL	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.
10-	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	ATOS PROCESSUAIS. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.
11-	DIREITO PROCESSUAL PENAL	EXECUÇÃO PENAL.
12-	DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO DE DANOS ECOLÓGICOS. MEIOS PROCESSUAIS PARA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

PONTO 8

1-	DIREITO CONSTITUCIONAL	CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES.
2-	DIREITO TRIBUTÁRIO	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO.
3-	DIREITO ADMINISTRATIVO	DEVIDO PROCESSO (LEGAL) ADMINISTRATIVO.
4-	DIREITO PENAL	CRIMES DE "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES.
5-	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TRABALHADOR RURAL - ESTATUTO DO IDOSO (LEI N. 10.741/2003).
6-	DIREITO CIVIL	RESPONSABILIDADE CIVIL.
7-	DIREITO COMERCIAL	EMPRESA: CONCEITO.
10-	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	MANDADO DE SEGURANÇA.
11-	DIREITO PROCESSUAL PENAL	PRISÃO CAUTELAR DE NATUREZA PROCESSUAL.
12-	DIREITO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

PONTO 9

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL SEPARAÇÃO DE PODERES E DIVISÃO DE PODERES NO BRASIL.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: SUSPENSÃO.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.
- 4- DIREITO PENAL CRIMES HEDIONDOS.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO EMPREGADOR E EMPREGADO DOMÉSTICOS - ESTATUTO DO IDOSO (LEI N. 10.741/2003) - LEI N. 8.742/1993 (LOAS)
- 6- DIREITO CIVIL REVISÃO E EXTINÇÃO DE CONTRATOS
- 7- DIREITO COMERCIAL SOCIEDADE: PRINCÍPIOS GERAIS E CLASSIFICAÇÃO.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL PROCESSO CAUTELAR.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS.
- 12- DIREITO AMBIENTAL O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

PONTO 10

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL FEDERALISMO E ESTADO FEDERAL BRASILEIRO.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: EXTINÇÃO.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL DO SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO DISCIPLINAR.
- 4- DIREITO PENAL CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO O SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - RECIPROCIDADE DE REGIMES - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.
- 6- DIREITO CIVIL POSSE E PROPRIEDADE.
- 7- DIREITO COMERCIAL CONTRATOS MERCANTIS NOMINADOS.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL NULDADES. DESCUMPRIMENTO DAS FORMAS PROCESSUAIS.
- 12- DIREITO AMBIENTAL SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO.

PONTO 11

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADO E ORDEM ECONÔMICA.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: EXCLUSÃO.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO AGENTES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES.
- 4- DIREITO PENAL TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL: ÓRGÃOS, REGIMES, SERVIDORES, BENEFICIÁRIOS E INSCRIÇÕES. LEIS N. 8.212/91 E N. 8.213/91.
- 6- DIREITO CIVIL DIREITOS REAIS DE GARANTIA.
- 7- DIREITO COMERCIAL OBRIGAÇÕES MERCANTIS.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL AUDIÊNCIA. CONCILIAÇÃO. INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL PROVA. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO.
- 12- DIREITO AMBIENTAL ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA/RIMA.

PONTO 12

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADO E ORDEM SOCIAL.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO DIREITO JUDICIAL TRIBUTÁRIO - CND / CPDEN - CADIN - LC 111/2005.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTROLE JUDICIAL DO ATO ADMINISTRATIVO.
- 4- DIREITO PENAL CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO ABONO ANUAL E OUTROS AUXÍLIOS.
- 6- DIREITO CIVIL EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.
- 7- DIREITO COMERCIAL FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL PROVA. NULDADES.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL LIBERDADE PROVISÓRIA. FIANÇA. PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DOS ILÍCITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.
- 12- DIREITO AMBIENTAL LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

PONTO 13

PONTO 13

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS - REPARTIÇÃO DE RECEITAS.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: SUJEIÇÃO PASSIVA DIRETA E INDIRETA.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO DOMÍNIO PÚBLICO.
- 4- DIREITO PENAL CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO TEMPO DE SERVIÇO.
- 6- DIREITO CIVIL INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.
- 7- DIREITO COMERCIAL TÍTULOS DE CRÉDITO.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL PROCESSO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL O ACUSADO E SEU DEFENSOR. TESTEMUNHAS E DOCUMENTOS. PROTEÇÃO A RÉUS COLABORADORES.
- 12- DIREITO AMBIENTAL FAUNA. FLORESTAS. MINERAÇÃO. RECURSOS HÍDRICOS.

PONTO 14

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO HERMENÊUTICA TRIBUTÁRIA: LEI INTERPRETATIVA - INTERPRETAÇÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO POLÍCIA ADMINISTRATIVA.
- 4- DIREITO PENAL CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES DA EMPRESA.
- 6- DIREITO CIVIL OBRIGAÇÕES. MODALIDADES.
- 7- DIREITO COMERCIAL LIQUIDAÇÃO E INTERVENÇÃO EM ENTIDADES FINANCEIRAS (LEI Nº 6.024/74).
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. SENTENÇA E COISA JULGADA.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL CORRELAÇÃO ENTRE A ACUSAÇÃO E A SENTENÇA.
- 12- DIREITO AMBIENTAL RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO DE DANOS ECOLÓGICOS. MEIOS PROCESSUAIS PARA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

PONTO 15

- 1- DIREITO CONSTITUCIONAL REFORMAS CONSTITUCIONAIS EXPERIMENTADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.
- 2- DIREITO TRIBUTÁRIO INCIDÊNCIA - NÃO-INCIDÊNCIA - IMUNIDADE - ISENÇÃO - ANISTIA - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - TAXA - PREÇO PÚBLICO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - COMPETÊNCIA RESIDUAL TRIBUTÁRIA.
- 3- DIREITO ADMINISTRATIVO FUNÇÃO NORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGÊNCIAS REGULADORAS.
- 4- DIREITO PENAL CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.
- 5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA. AUXÍLIO-DOENÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA. PENSÕES. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ACUMULAÇÃO.
- 6- DIREITO CIVIL CONTRATOS EM ESPÉCIE.
- 7- DIREITO COMERCIAL SOCIEDADES: PRINCÍPIOS GERAIS E CLASSIFICAÇÃO.
- 10- DIREITO PROCESSUAL CIVIL AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
- 11- DIREITO PROCESSUAL PENAL INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS.
- 12- DIREITO AMBIENTAL PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL.